



Revista Diálogos Interdisciplinares

GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA QUE CONTEMPLE O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

CONSTRUCTION OF A PEDAGOGICAL PRACTICE THAT CONTEMPLATE THE TEACHING AFRO-BRAZILIAN HISTORY AND CULTURE

Luciane Toledo MONTEIRO¹

Bartolina Ramalho CATANANTE²

RESUMO

Este artigo trata da Lei 10.639/03 que institui o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, uma conquista, após muitos anos de lutas e embates o Movimento Negro consegue esta grande contribuição, um êxito diante de todo processo. Dessa forma, houve a necessidade de debates e discussões que contemplassem as populações historicamente injustiçadas pela escravidão. Essa lei atinge diretamente à população negra, que sofre com o racismo, preconceito e discriminação na sociedade brasileira, a qual predominava a cultura eurocêntrica. Diante disso, o objetivo desta pesquisa é analisar Práticas Pedagógicas, especificamente, o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que sofreu muitas reparações e alterações, desnudando o currículo que se apresentava com uma ideologia racista, favorecendo uma cultura hegemônica e carregada de desigualdades raciais produzidas historicamente. Como metodologia optamos por fazer análise crítica de caráter bibliográfico, priorizando o currículo do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana proporcionando a valorização dos povos negros e promoção de uma sociedade menos racista.

Palavras-chave: Relações Étnico-Raciais. Identidade. Prática Pedagógica. Escola.

ABSTRACT

This article deals with Law 10.639 / 03 that institutes the teaching of Afro-Brazilian History and Culture, which is an achievement of many years and took place through many struggles and struggles in which the Black Movement had a great contribution and success in this process. Thus, there was a need for debates and discussions that contemplated populations historically wronged by slavery. This law comes into play with regard to the black population that suffers from racism, prejudice and discrimination in Brazilian society in which the Eurocentric culture predominated. Therefore, the object of this research is Pedagogical Practices and the objective

¹ Mestranda em Educação. Instituição: Prefeitura Municipal de Campo Grande. E:mail: lucianetoledo12@gmail.com

² Doutora em Educação. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E:mail: bartolina@uems.br



is to analyze Pedagogical Practices that contemplate the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture which, with the implementation of Law 10.639 / 2003, came as a form of repair and recognition, stripping the curriculum which presented itself with a racist ideology that until then favored a hegemonic culture and with racial inequalities produced historically. With regard to methodological procedures, we have chosen to carry out a critical analysis of a bibliographic character with authors who prioritize the curriculum of teaching Afro-Brazilian and African History and Culture, promoting the appreciation of black peoples and promoting a less racist society.

Keywords: Ethnic-Racial Relations. Identity. Pedagogical Practice. School.

1 INTRODUÇÃO

Apresentamos o interesse pela temática a partir da necessidade do entendimento de práticas pedagógicas trabalhadas a partir da implantação da lei 10.639/2003, que modifica os currículos escolares, tendo como objeto de pesquisa as Práticas Pedagógicas no ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A pesquisa focará as práticas pedagógicas hegemônicas e elitizantes praticadas dentro da instituição escolar, desencadeando os vários tipos de aprendizagens com a participação de diferentes grupos étnico-raciais no espaço.

Ocupar os ambientes educacionais com políticas de valorização, o contexto histórico em que se encontram os sujeitos envolvidos nessa formatação, desenvolver ações que contribuam e contemplem a população negra e os demais grupos étnico-raciais, que ao longo do tempo foram excluídos no contexto educacional.

Ao aprofundarmos o estudo sobre o tema étnico-racial na educação e trabalhar com um currículo que favoreça as diferenças, respeitar as diversidades, promover inclusão e valorização na formação de um cidadão crítico com um olhar voltado a diferentes culturas.

Para esse entendimento, desenvolvemos a nossa metodologia por meio de uma análise crítica de caráter bibliográfico com autores que discutem a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas Práticas Pedagógicas. Segundo Frigotto (1991), a pesquisa realizada através do materialismo histórico-dialético contribui na produção de um conhecimento crítico, capaz de compreender e a conduzir para uma ação transformadora, levando em conta o conhecimento de hoje e o histórico social, onde a teoria e prática caminhem atreladas.

A compreensão e a interação do sujeito em relação ao objeto, através da construção do conhecimento histórico o que o sujeito traz consigo para construir uma prática crítica e reflexiva e transformar a relação consigo mesmo, com a sociedade e com a natureza.

Historicamente nosso país ficou marcado pelo racismo com tensões e exclusão dos diferentes grupos étnico-raciais. Uma herança marcada fortemente pelo nosso passado, onde carregamos essa questão racial



enraizada até os dias de hoje e em diferentes formatos. Nesse contexto, aconteceram várias situações que não contribuíram com a inserção do negro na nossa sociedade “como o capitalismo, neoliberalismo, a globalização e a exclusão social agravam ainda mais as condições de vida da população negra deste país” (LINO, 2003, p. 221).

Existem grandes entraves e lutas na conquista dos afrodescendentes por seus direitos e reconhecimento, ações que favoreçam a importância do papel do negro no desenvolvimento da nossa sociedade. Desta forma, o movimento negro aparece no papel principal de reivindicar direitos para a população negra, que sofre com o racismo na sociedade desde o Brasil Colônia, quando os negros foram trazidos da África na condição de escravizados. Portanto, reclamando ações afirmativas de enfrentamento contra o racismo frente a uma sociedade, que coloca a divisão de raças, etnias em caráter benéfico.

Dessa forma, destacamos aqui a participação de um atuante do movimento negro Ben – Hur Ferreira que criou a Lei Nº 10.639/2003. Essa lei altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo e tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio. A Lei 10.639/2003 é regulamentada pelo Parecer CNE/CP 03/2004 e pela Resolução CNE/CP 01/2004. Na prática a Resolução 01/2004 favorece a discussão a respeito da formação continuada e as ações tomadas pelo professor frente as suas práticas docentes e que devem ser empregadas nas instituições escolares.

A obrigatoriedade desta prática de ensino no currículo escolar, surgiu no sentido da valorização e do entendimento da formação da história do Brasil, afirmar o envolvimento dentro do processo de construção educacional, trazer relevância ao papel do negro na sociedade brasileira, propor políticas com ações afirmativas de qualidade e que favoreçam a equidade e reparação de danos causada a esse grupo social.

Neste cenário, e escola deve privilegiar um currículo que contemple a História e Cultura Afro-Brasileira. Segundo Gomes (2003) trabalhar com a cultura negra, na educação de um modo geral e na escola em específico, é considerar a consciência cultural do povo negro, ou seja, é atentar para o uso auto-reflexivo dessa cultura pelos sujeitos.

Sob este olhar, favorecer práticas pedagógicas diferenciadas para que o professor (a) tenha uma maior aproximação de seu aluno, não desconsiderar a sua capacidade em lidar com questões que sejam difíceis para a sua compreensão. Mostrar seu protagonismo, em relação ao coletivo para não reproduzir atitudes racistas, discriminatórias, mesmo inconscientemente, possibilitar o diálogo em sala de aula, trazer o entendimento da presença do negro em nossa sociedade, compreender que o racismo é estrutural no processo de desenvolvimento do nosso



país.

Entendemos que a escola é um lugar, onde se encontram diferentes relações sociais e étnico-raciais e o educador (a) não está preparado (a) para lidar com estas diferenças, precisa dar a formas e estratégias antirracistas e entender que o contexto histórico o apresenta como sujeito ativo neste espaço educacional tendo as práticas pedagógicas diferenciadas, como principal ferramenta, baseadas diversidades de grupos étnicos diferenciados.

O docente ao investigar como ocorreu a inserção dos diferentes sujeitos escolares face à diversidade no meio social traz a construção do conhecimento promove constantes mudanças, o que requer à compreensão da relação com o outro, o respeito às condições étnico-raciais, culturais e saberes, alcançar a prática pedagógica no ensino e aprendizagem, mostrar a riqueza cultural, linguística, étnica tão importantes para a formação do povo brasileiro e que foram deixadas de lado ao longo da história.

Afirmamos que a educação deve se voltar para a diversidade, reconhecer diferentes grupos étnico-raciais, culturais, desconstruir estereótipos e padrões impostos pela sociedade, mostrar o posicionamento do sujeito historicamente e como se apresentam em diversos formatos do campo educacional.

Visar discussões e propor uma política para promoção da igualdade racial, social e democrática, com respeito as diferenças que formam a população brasileira e que ajudaram na construção da nossa sociedade.

A partir deste conjunto de fatores, entendemos que a escola deve acolher os diversos grupos que vão se apresentar, trabalhar com um currículo de ensino na temática do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira utilizar a lei 10.639/2003 em articulação com seu Projeto Político, planejamentos dos professores e livros de história, com propostas de ensino, práticas pedagógicas iniciais propor uma política de formação continuada que atinja a formação para as relações étnico-raciais estimular a interação entre as diversidades e para que os professores possam ministrar com segurança o conteúdo sobre o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em suas aulas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nas relações sociais encontramos o racismo imposto historicamente pela sociedade brasileira hegemônica eurocêntrica e que se mantém, traz rótulos que favorecem a discriminação racial, social e econômica, tendo o negro sempre a margem da sociedade. Isso se dá a partir da separação racial em grupos, obtendo diferentes grupos homogêneos, separados



por cor, cultura, crenças, religiosidade, gerando divisão e conflitos. Em Gênero:

O racismo é uma doutrina que afirma não só a existência das raças, mas também a superioridade natural e, portanto, hereditária, de umas sobre as outras, a atitude racista, por sua vez, é aquela que atribui qualidades aos indivíduos ou aos grupos conforme o seu suposto pertencimento biológico a uma dessas diferentes raças e, portanto, de acordo com as suas supostas qualidades ou defeitos inatos e hereditários (BRASIL, 2009, p. 196)

O racismo é estrutural apresenta o negro a margem de um sistema excludente, coloca as diferenças baseadas no conceito, de que existem dominadores e dominados, a frente de uma sociedade que foca a divisão de raças, etnias em um caráter benéfico, que leva em consideração o que a história apresenta a respeito do negro escravizado, sempre subordinado e submisso, desconsiderando o seu pertencimento econômico, político e ideológico e biológico, dentro da sociedade, assim dificultar a construção da identidade negra no Brasil.

Nas relações raciais e sociais, historicamente, não há reconhecimento e nem valores culturais dos povos que contribuíram na construção da identidade brasileira, porque legitimaram padrões e estereótipos eurocêntricos que sustentam o racismo. Desta forma, propiciar uma educação voltada para ações afirmativas agregar projetos educacionais, que contemplem a cultura, identidade e educação favorecendo as raízes africanas e afro-brasileiras desconstruindo essa cultura imposta pela sociedade durante gerações.

Demonstrando que a identidade não possui uma única essência, sempre surgem novas identidades, com novos espaços culturais, com vivências e olhares diferentes. “As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós” (HALL, 2000, p. 112). Enfatiza que, as relações de poder nos colocam na sociedade de diversas formas, ou seja, manifestamos novas identidades para nos adequar ao novo contexto.

Assim sendo, existem as diversas identidades que permeiam o espaço escolar, nessa configuração é necessário o acolhimento das diversidades, entender que elas não possuem uma única natureza, e sim múltiplas formas que percorrem o contexto educacional provoca conflitos, pois não são vistas de forma múltipla. Elas cruzam e dão sentido à humanidade, sendo responsáveis pelas diferenças que marcam determinados grupos nesse processo identitário.

Nesse processo de reconhecimento da identidade e pertencimento é importante priorizar a questão racial e suas contribuições na sociedade brasileira através da lei 10.639/2003 que proporcionou a inclusão no currículo e tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-



Brasileira e Africana, criando práticas de ensino de inclusão e ações pedagógicas que favoreçam no combate ao racismo, discriminação e desigualdades sociais, desmistificando elementos que dão forma e figura para o racismo.

O processo nas instituições escolares conta com ações que privilegiem metodologias diferenciadas e facilitem a apropriação do conhecimento e do reconhecimento das identidades dos diversos grupos, o enfrentamento a desigualdade sociocultural, racismo e discriminação abordar, obrigatoriamente no ensino e aprendizagem a questão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e assim diminuir o processo de exclusão e representações negativas impostas pela cultura hegemônica.

Nesse contexto, é necessário desenvolver práticas docentes para trabalhar as diferentes identidades, assim reconhecer o que o aluno traz para a escola, como valores sociocultural, econômico interagindo com outras culturas transformando o conhecimento do senso comum em científico por meio de conteúdos significativos, trabalhados a partir da realidade social do aluno (BASSO, 1998).

Para Nóvoa (2012) o ensino não deve ser pautado na atividade de transmissão, mas num processo de construção de conhecimento embasados cientificamente. Para que o professor (a) consiga fazer toda uma articulação ajudando na construção do seu próprio conhecimento, além do domínio de conteúdo, é preciso também utilizar de estratégias de ensino e metodologias variadas atendendo a diversidade cultural dentro da sala de aula. Destaca-se importante, o Docente:

Valorizar e criar condições para que estudantes negras e negros fortaleçam sua negritude e os demais reconheçam e respeitem as contribuições, para a nação brasileira, dos africanos e seus descendentes, sem deixar de valorizar, é claro, as dos povos indígenas, assim como dos europeus, dos asiáticos e seus descendentes, é tarefa central da ação de docentes em todos os níveis de ensino, nos diferentes componentes e matérias curriculares (SILVA, 2015, p. 175)

O professor estar seguro é importante, para que ele desenvolva práticas pedagógicas de expressão nas ações tomadas por ele frente as suas atitudes como docentes a respeito da temática sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, contribuindo de maneira positiva no ensino e aprendizagem.

A formação inicial e continuada para o desenvolvimento da profissão do docente necessita de um olhar renovado, onde ele possa perceber e enxergar a diversidade, para desenvolver novas ações de valorização a riqueza cultural existente no nosso país, como é o



caso da cultura afro-brasileira. Gomes nos diz a respeito que:

Valorizar a cultura afro-brasileira como um componente nacional, estudar a história mundial com um olhar menos eurocêntrico, compreender as lutas do movimento negro pela igualdade social e racial no país, bem como pela superação do racismo, são etapas dessa transformação (GOMES, 2014, s/p).

Entendemos que, é por meio de uma educação engajada no estudo da cultura Afro-brasileira e no conhecimento específico sobre as lutas sociais pela igualdade, poderemos transformar o olhar da sociedade tornando-a mais justa, menos preconceituosa e composta de uma diversidade cultural valorizada.

Assim, a formação continuada de professores, deve favorecer e aparelhar as práticas docentes desenvolver em sala de aula conteúdos, metodologias e práticas atinjam a história e cultura afro, disseminar conhecimentos básicos, por meio da própria educação, considerar conteúdos importantes ou significativos, da vivência do aluno (a), do professor (a) e da comunidade. Colaborar historicamente nos diferentes campos do conhecimento, e, mais ainda, estender a sua visão sobre as contribuições históricas na apoderação de conhecimento de seu papel de protagonista. Nesse sentido Munanga pontua:

Para que a escola possa caminhar nessa direção é necessário que professores e professoras compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões significa ir além dos conteúdos escolares ou temas transversais. Significa ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da formação humana se manifestam na vida das pessoas e no próprio cotidiano escolar (MUNANGA, 2005, p. 143-154).

A escola deve incentivar atitudes responsáveis de preparação e formação aos professores (as) ações conscientes de conhecimento e competência para enfrentar os novos desafios, determinados por uma sociedade com discursos ideológicos e manipuladores, além de formas de pensar etnocêntricas presentes no senso comum sobre os afros brasileiros e suas culturas, desvelar as verdadeiras identidades, que permearam historicamente a sociedade brasileira dentro e fora das escolas.

É na interação com a diversidade étnica-racial que percebemos as diferenças, pois não existe uma identidade cultural homogênea, entendemos que na relação com outras identidades construímos novas identidades. Gomes (2014) enfatiza a faceta das relações, no sentido que envolve mais de um sujeito, são datadas historicamente, e permitem que se enxergue tanto a produção dos privilégios quanto das opressões. Não se produz a identidade isoladamente, pois as transformações estão vinculadas aos repertórios dialógicos determinados na convivência com



o outro. Neste processo, as relações de poder estão presentes constantemente, definindo quem é incluído e quem é excluído refletindo no contexto escolar.

Vemos que as relações sociais dentro de escolas ao focar o desenvolvimento de projetos voltados para a implementação da lei 10.639/ 2003. Adaptam os Projetos Políticos das escolas de modo q utilizar o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, a diversidade cultural, desconstruir preconceitos e a discriminação racial. Formar estratégias pedagógicas alternativas para que se apropriarem de valores morais, éticos, religiosos e ambientais. Assim, a educação intercultural que se propõe é uma forma de:

Promover uma educação para o reconhecimento do ‘outro’, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade (CANDAU, 2011, p. 27).

Os docentes em sua prática pedagógica promovem a articulação e o diálogo entre os diversos espaços sociais e políticos, a cultural afro de forma integrada com coerência em sua ação pedagógica de forma positiva na mediação dos conteúdos a serem ministrados.

Um dos primeiros passos é propor uma educação que as colocasse numa postura de autorreflexão e de reflexão sobre seu tempo e seu espaço (FREIRE, 1967). Democrática e menos racista com discussões, acerca das questões étnico-raciais, auxile o professor em suas práticas pedagógicas, anulando o esteriótipo e o pensamento: excludente, dominante, racista , elitista de dominação política, cultural e capitalista.

A princípio, na educação brasileira a ação pedagógica do educador era somente como agente de transmissão cultural não havia uma interação com o estudante, limitada a contemplar apenas os elementos da elite. Portanto, desde o Brasil colonial, a atribuição ao docente era de reprodução e transmissão da cultura, contada pelas elites, detentoras do poder e do controle da economia e política em nosso país. Não tendo consciência do seu o papel de agente transformador, inserido num contexto social importante, a escola. Desenvolvia suas atividades tradicionais, assim interagindo com uma prática pedagógica que favorecia aos interesses políticos de parte sociedade transmitidos e repassados nas instituições de ensino.

Essa forma de transmissão de cultural eurocêntrica se manteve ao longo do tempo, refletir sobre a importância de haver um maior envolvimento dos educadores em suas ações pedagógicas, o acolhimento diante das diferenças etino-culturais, o respeito as especificidades e peculiaridades de cada um, minimizar a discriminação, tão presente no cotidiano da sala de



aula. É importante levar em conta:

As histórias e culturas que constituem o povo brasileiro têm de ser igualmente valorizadas, estudadas do ponto de vista de suas raízes indígenas, africanas, asiáticas, europeias. E certamente esse é um esforço complexo, exige desconstruir ideias preconcebidas, abolir atitudes desrespeitosas, aprender a respeitar, compreender e articular distintos pontos de vista, visões de mundo, experiências de vida, construções de espiritualidade, de pertencimentos étnico-raciais (SILVA, 2015, p.170)

A valorização na formação do povo brasileiro traz a renovação do comportamento do docente, incentiva à desconstrução de valores impostos, combate o mito da democracia racial do embranquecimento, que perdura até os dias de hoje em nossa sociedade, reflete nas escolas o respeito as diferentes visões de mundo e destaca a heterogeneidade cultural. Transforma as relações entre os atores envolvidos de uma forma natural e progressiva.

As políticas públicas contemplam as formações iniciais e continuadas, para que o docente execute com segurança e tranquilidade em suas práticas pedagógicas nas relações étnicas raciais referentes ao conteúdo história e cultura afro-brasileira, promover discussões escolares e extraescolares sobre a questão do negro ouvir e aprender as estratégias, práticas e acúmulos construídos pelos movimentos negros e seus segmentos.

É de grande relevância que, as políticas voltadas à formação continuada e capacitação de professores, contribuam e proporcionem práticas pedagógicas positivas em relação à história e cultura afro-brasileira favoreça a todas as modalidades de ensino da Educação Básica até o Nível Superior para que seja contemplada a lei 10.639/2003, que até então se observava que na maioria das instituições escolares não era trabalhada em suas disciplinas, principalmente as Superiores que não incluem em seus currículos.

Sugerimos o oferecimento dessa formação continuada em parceria com as vivências da população negra como cultura, religião, além da disposição de produções de materiais produzidos dentro do vasto campo de estudo sobre a cultura afro-brasileira. Nesse conjunto, aponta Silva (2015, p. 174) “Há que se elaborar e avaliar procedimentos e materiais de ensino que valorizem as diferenças presentes nas comunidades escolares, entre elas, sem as minimizar outras, as étnico-raciais”.

A abordagem do tema sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola, traz muita resistência por parte dos educadores, colocam muitos entraves de forma significativa, principalmente, porque as aprendizagens favorecem a permanência da cultura e ideologia eurocêntrica apresentada ao longo da história, ainda tão presente dentro das unidades de ensino, apresentadas nas relações sociais e na interação com os sujeitos étnico-raciais na escola.

Diante do exposto, é essencial a reflexão e diálogo nas escolas acerca das relações



étnico-raciais na educação e cultura para formação de cidadãos críticos e transformadores. Dispor uma nova visão de mundo voltada para o respeito as diferenças e comprometidas com desenvolvimento práticas pedagógicas de resistência, enfatizar a valorização e reconhecimento da população negra na formação como cidadãos de direitos, onde todos são iguais perante a lei com o objetivo de fomentar o combate ao racismo, preconceito e discriminação para a promoção da igualdade social, efetivação e implementação da Lei 10.639/03.

A lei 10.639/2003 favorece o currículo o projeto pedagógico e os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, modifica o entendimento sobre as relações étnico-raciais no processo de ensino e aprendizagem, tão importantes no combate ao preconceito, pois as ações pedagógicas que contribuem com saberes e compreensão a respeito da atuação do negro na sociedade brasileira, associada ao conhecimento sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino.

Para isso, é necessário aplicar metodologias que alcancem e discutam a temática: história e cultura afro-brasileira e africana de maneira contextualizada na formação iniciada e continuada de professores, sendo este um pesquisador ativo, a frente no desenvolvimento de práticas de construção do conhecimento, favorecer as relações étnico-raciais no interior das escolas. Salientamos que, trabalhar com uma pedagogia que colabore com versão do negro, enquanto sujeito histórico social, ganha aos poucos os currículos pedagógicos em todas as disciplinas. Pelo mesmo viés, a educação tem um papel fundamental de mediador e agente de transformador social dentro do processo histórico de construção de nosso país. Então aceitamos que, sem o conhecimento histórico, não podemos trabalhar a questão do negro no Brasil. Por esse viés:

Isto é, em que se formem homens e mulheres comprometidos com e na discussão de questões de interesse geral, sendo capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas, contribuições dos diferentes povos que têm formado a nação, bem como de negociar prioridades, coordenando diferentes interesses, propósitos, desejos, além de propor políticas que contemplem efetivamente a todos (SILVA, 2007, p.490)

Reivindicar, o reconhecere enxergar o negro, cidadão e protagonista da sua história com objetivo de redefinir, promover e preservar a história dos negros no Brasil responder há algumas indagações sobre sua grande relevância na construção da nossa sociedade, como a marginalização e a exclusão social e econômica, que gera a falta de oportunidade em diversos ambientes, a invisibilidade social e pouca presença de negros (as) em cargos de relevância e poder.

Diante de um contexto histórico, que coloca o negro como posição de sujeito central na temática racial da educação, encontramos vários estudos e pesquisas realizadas por



pesquisadores negros como Nilma Lino Gomes, Kubengele Munanga e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva dentro das ciências humanas. Dando a eles visibilidade e posiocionamento na construção da história da sociedade brasileira.

Um outro obstáculo que encontramos para trabalhar com um currículo sobre a questão étnica é a falta de acesso e de materiais disponíveis envolvendo a temática. Portanto, ministrar o tema referente às etnias raciais é complexo, seria ideal intervir didaticamente através de diálogos, analisar o passado para entender o futuro alcançar novas perspectivas, novas referências e versões de maneiras simples na reconstrução do papel do negro em debates que envolvam alunos (as) e professores (as).

Ao traçarmos novos projetos construídos através de pesquisas científicas, embasados por meio de materiais que busquem informações verídicas vivenciadas pela população negra em sala de aula, para que favoreçam a dinâmica de uma prática pedagógica menos racista dentro do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.

A escola é um lugar que podemos traçar lutas e embates enfrentando resistências e adversidades, desconstruir práticas homogeneizadoras, que reproduzem ideologias ligadas ao favorecimento da classe dominante eurocêntrica, entende que professor (a) tem um papel principal nesse processo de transformação, gera uma sociedade antiracista dinamiza as práticas pedagógicas, envolvidas no combate ao racismo estrutural, institucional, presentes no interior das escolas e impregnados em nossa sociedade contemporânea.

Contudo, as instituições escolares, necessariamente, devem ser preparadas para receber as diversidades, aceitar a posição que cada sujeito dentro do contexto escolar, junto a compreensão histórica das diversas etnias raciais, apresentar ao afrodescendente, seus entraves e lutas dentro da construção da sociedade brasileira, embasada na intensa articulação dos movimentos sociais, valorizar o movimento negro, no fortalecimento de ações afirmativas e de reconhecimento da população afrobrasileira.

Portanto, reconhecer as diferentes relações sociais e diversidades encontradas no interior da escola, buscar subsídios que darão sustentação nas práticas pedagógicas do educador (a), favorecer o combatendo arreigado de elementos de reprodução e segregação, modificar o olhar dos sujeitos na relação entre teoria e prática, identificar os desafios e os obstáculos e formar indivíduos críticos com consciência plena sobre sociedade em que vive e o seu papel no processo educativo.

Enfim, a escola deve ser potencializada para um ensino de inclusão, voltada a uma educação de ensino crítica com instrumentos necessários as práticas pedagógicas que construirão ações transformadoras com menos exclusão com o propósito de formar os cidadãos



críticos e com diferentes visões de mundo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tratou de mostrar sobre a importância da lei 10.639/2003 e suas contribuições para a população negra no Brasil e para história e cultura afro-brasileira. A lei nº 10.639/2003 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional possibilita traçar ações que favorecessem trabalhar com práticas pedagógicas de inclusão e valorização por meio da educação com ações afirmativas que combatem racismo, preconceito e a discriminação e que permearam ao logo da história do Brasil arraigada pela cultura eurocêntrica.

A lei 10.639/2003 é regulamentada pelo Parecer CNE/CP 03/2004 e pela Resolução CNE/CP 01/2004 que contribui no debate sobre a formação continuada, enfatizando a relevância no apoio aos professores (as), reflete no tocante as suas práticas pedagógicas, renova suas ações e transforma seu olhar, dirige a diversidade que permeia e tece todo espaço escolar. Traz a conscientização do professor para o valor do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em suas práticas pedagógicas com propriedade para colaborar na formação do educando (a) de forma democrática e crítica, propicia o conhecimento de diferentes culturas.

Nessa configuração, a educação de qualidade e igualitária se dirige a políticas públicas e sociais voltadas à reparação de exclusão social, econômica, discriminatória e de preconceito propõe à docente formação continuada para que haja transformação social e o preparo para a cidadania de educandos (as) desenvolve práticas pedagógicas contrárias as ideologias impregnadas hegemônicas. Por esse prisma, entender que as diversidades em sala de aula se apresentam a partir de um racismo estrutural, que desfavorece algumas raças, um grande atraso na formação do povo brasileiro e crescimento do nosso Brasil.

Assim sendo, a escola deve trabalhar com práticas pedagógicas desafiadoras e antirracistas, oferecer capacitações aos professores (as), para que suas atividades contemplem os diferentes grupos étnicos- raciais, com destaque para as estratégias que abracem a diversidade, almejando preparar cidadão para um mundo globalizado e para vida.

A discussão desse tema torna-se indispensável no contexto atual, haja vista que, não se limita apenas na data do dia 20 de novembro, mas durante todo ano letivo, trazendo debates sobre a História e Cultura afro-brasileiras dialogando com demais disciplinas e conteúdos curriculares, na tentativa de desconstruir ideias, como de homogeneização e subalternização dos negros ao longo da história na tentativa de construir uma sociedade, onde haja a participação e a colaboração do negro na construção do nosso país.



Assim, iremos frisar mais uma vez, que dentro do processo de ensino e aprendizagens o docente, seja um pesquisador, mediador de conhecimentos contribuía no desenvolvimento por intermédio de suas ações pedagógica, a partir de um novo olhar sobre a identidade negra na articulação entre o currículo de ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Projeto Político Pedagógico e formação de professores. Novos Caminhos devem ir além da inserção, nos cursos de formação de professores e discussões, de disciplinas, debates e discussões privilegiar a relação entre cultura e educação, abranger a organização, a prática, a participação no planejamento escolar, na preparação da aula do professor (a) e das ações direcionadas ao projeto pedagógico.

REFERÊNCIAS

BASSO, I. S. **Significado e sentido do trabalho docente**. Cad. CEDES vol. 19 n. 44 Campinas Apr. 1998.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: DF, Out, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Rio de Janeiro, 2009.

CANDAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos e diferenças culturais: Questões e buscas**. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Diferenças Culturais e educação: construindo caminhos**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2011, p. 101-126.

FREIRE, Paulo. Educação. **Educação para uma prática libertadora**. Exemplar nº 1405^a ed. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1967. p. 1-157.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

GOMES, N. L. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo Crespo**. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Ensaio de Gênero: Por que ensinar relações étnico-raciais e história da África nas salas de aula?** 2014. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2014/03/19/>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guanira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.



MOREIRA, A. F.; CANDAU V. M. **Educação escolar e Cultura(s):** construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação, n. 23, maio/jun./jul./ago, 2003.

MUNANGA, Kubengele, **Superando o racismo na escola.** 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Petronilha B. G. **Crianças negras entre a assimilação e a negritude.** Revista Eletrônica de Educação, v. 9, n. 2, p. 161-187, 2015.

SILVA, Petronilha B. G.. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil.** Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.